

SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO LUÍS NA VISÃO DO JORNAL O IMPARCIAL (DÉCADAS DE 1960 E 1980)¹

Regina Helena Martins de Faria²

Ellen Naianne da Silva Cantanhede³

Leina Fernanda de Oliveira Souza⁴

Resumo: A segurança pública constitui-se alvo de diversas políticas públicas. A mídia aparece como uma importante difusora destas, propagando também representações acerca da violência e da criminalidade. O texto objetiva mostrar como uma das mais importantes mídias impressas da cidade de São Luís, o jornal *O Imparcial*, apresenta a questão da segurança pública nas décadas de 1960 e 1980. A análise permitiu a percepção de semelhanças e diferenças entre as décadas, na forma de estruturar as notícias e de focar a violência e a criminalidade naqueles dois períodos.

Palavras-Chave: Segurança pública. *O Imparcial*. São Luís – Maranhão.

Abstract: Public safety is the target of many public policies. The media appears as an important disseminator of these, spreading also representations of violence and crime. The text aims to show how one of the most important printed media in the city of São Luís, the newspaper *O Imparcial*, raises the question of public safety in the 1960 and 1980. The analysis allowed the perception of similarities and differences between decades in the way of structuring the news and focus on violence and crime in those two periods.

Keywords: Public Safety. *O Imparcial*. São Luís - Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

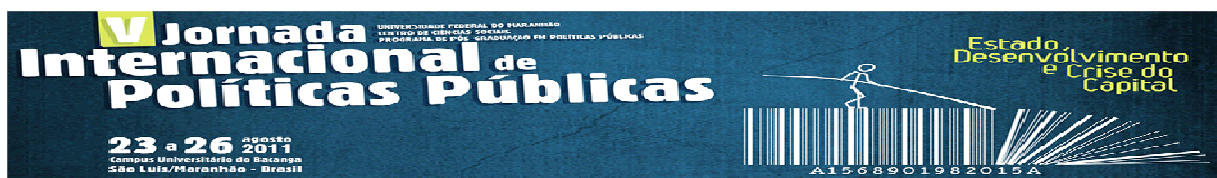
As problemáticas relacionadas à segurança pública, dentre elas a violência e a criminalidade, configuram-se como temas recorrentes seja de debates acadêmicos ou de conversas informais. A difusão na mídia de acontecimentos violentos e crimes excepcionais, por

¹ Este artigo resulta de um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa “Sociedade, Memória e Poder”, do Departamento de História da UFMA, que conta com financiamento da FAPEMA.

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. rhfaria@yahoo.com.br

³ Estudante. Universidade Federal do Maranhão – UFMA

⁴ Estudante. Universidade Federal do Maranhão – UFMA



exemplo, reacendem discussões sobre a capacidade de o Estado proteger os cidadãos e, conseqüentemente, sobre as próprias políticas de segurança pública.

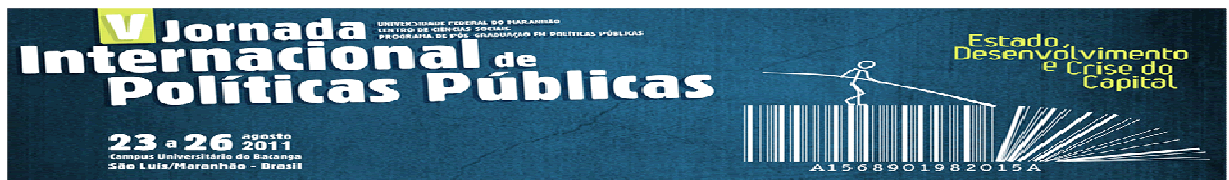
A literatura especializada considera que, na década de 1980, no Brasil, houve um aumento significativo da criminalidade e da violência no país, tornado essa temática objeto de interesse crescente entre as diversas áreas de conhecimento. Entrando nesta seara, o presente trabalho objetiva analisar como *O Imparcial* – o periódico mais antigo em circulação na cidade de São Luís – apresentava a questão da segurança pública nas décadas de 1960 e 1980. A intenção é fazer um estudo comparativo, procurando perceber o que era visto como questão de segurança pública nas duas décadas, identificando permanências e mudanças.

Tendo em vista que a imprensa em geral está longe de ser um “mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos” (CAPELATO; PRADO *apud* LUCA, 2010, p.118), procuramos manter uma postura crítica diante das matérias analisadas. Afinal, o que encontramos nelas são representações acerca da segurança pública, da violência e da criminalidade, através das quais os atores sociais “traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p.19).

2 SEGURANÇA PÚBLICA E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA

Temas referentes à segurança pública, à violência e à criminalidade possibilitam múltiplas e complexas abordagens. A violência, que apresenta significados histórica e culturalmente distintos, pode ser estudada através de inúmeras alternativas. Assim como a criminalidade, que, referindo-se a todo um conjunto de atos (violentos ou não) legalmente sujeitos a medidas punitivas, permite uma variedade de análises. A segurança pública, por outro lado, envolve todas as problemáticas que, de forma direta ou indireta, afetam o bem coletivo, dentre elas, as ações violentas e criminosas.

Para se tornar um bem coletivo, segundo SAPORI (2007), a segurança pública passou por um longo processo de mudança social. Antes considerada problema de cunho privado, transformou-se em problema público no mundo moderno, cabendo ao Estado e à população sua garantia. A violência e a criminalidade passaram, então, a ser pensadas menos como problemas de ordem pessoal e mais como problemas estatais. Tal processo relaciona-se à própria consolidação do Estado como esfera monopolizadora da arrecadação fiscal e do uso legítimo da violência física, que levou à profissionalização das organizações policiais, à instituição do sistema prisional e à formalização de sistemas judicial e fiscal.



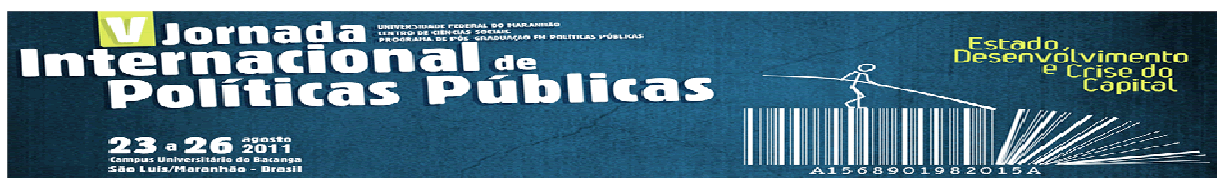
NORBERT ELIAS (1993) aprofunda a relação entre a complexidade das relações sociais e o monopólio da força física dentro do que denominou de “processo civilizador”. Este é apresentado como a “mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (Idem, p.193). Para ELIAS, devido a um longo processo de mudanças provocadas pela forma de sentir e pensar a agressividade, as sociedades ocidentais estariam evoluindo em direção a uma configuração social cada vez mais pacífica.

Assim, diferentemente do período medieval, quando os indivíduos valorizavam os impulsos agressivos, lidando de forma descompromissada com o futuro, nas sociedades modernas ocidentais as explosões violentas passaram a ser reprimidas. As pessoas tornaram-se mais interdependentes, deram aos seus atos um caráter de previdência e passaram a desenvolver um sentimento de autocontrole. A monopolização da força física por parte do Estado criou espaços sociais, nos quais os indivíduos tiveram que controlar seus próprios atos violentos.

Contudo, tratando dos séculos XX e XXI, ERIC HOBSBAWM (2007) afirma que esse controle estatal estaria diminuindo. Entende que a perda de legitimidade do Estado territorial e da consequente confiabilidade de seus cidadãos, na capacidade estatal de gerenciar os serviços – segurança, saúde, educação etc. –, estão entre os motivos desse enfraquecimento. O historiador aponta que, no decorrer do século XX, os Estados “tinha[m] o monopólio do poder e dos meios de coerção – armas, homens armados e prisões” (Idem, p.41). No entanto, cada vez mais são as empresas privadas que exercem funções referentes não só a polícia e às prisões, como também a importantes setores das Forças Armadas. O Estado, então, acaba não detendo, com a mesma autoridade, o “sentido de legitimidade que faz com que os cidadãos respeitem a lei” o que explicaria o aumento da violência (Idem, p.125).

Essa perda da força coercitiva do Estado também é explicada por HOBSBAWM (Idem, p.116-151) por meio de outros elementos, dentre estes: o enfraquecimento das regras e convenções sociais e familiares; o aumento do número de armas, seguido da facilidade de obtê-las; e o crescimento generalizado, nas sociedades ocidentais, de uma maior aceitação da violência e da ação não institucional. Estes fatores estariam relacionados a um “processo de barbarização”, potencializador da violência tanto política quanto social.

Nesse contexto de descrença, a barbárie estaria crescendo de forma contínua, tendo ápices em determinados momentos históricos. Esta ideia é visivelmente contrária à noção de pacificação inerente ao processo civilizador, como ELIAS o entende – processo que, segundo críticas, não ocorreu plenamente –, pois embora os indivíduos tenham mudado seus valores e padrões de comportamento, as sociedades se desenvolveram também como espaços violentos, talvez de forma menos catastrófica do que apresenta HOBSBAWM.



3 SEGURANÇA PÚBLICA N' O IMPARCIAL

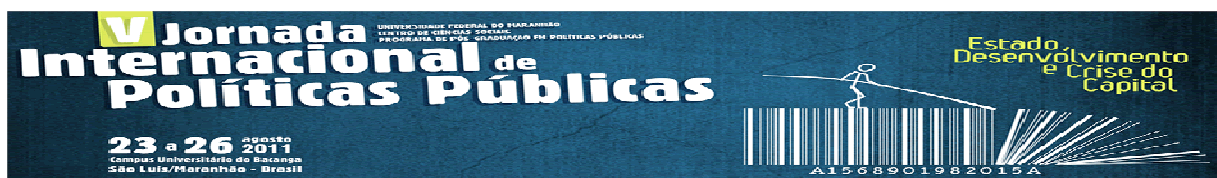
Os diferentes tratamentos dados pela mídia a essas questões podem intensificar a noção de mundo catastrófica. Isto porque os instrumentos midiáticos, por meio de seu grande alcance, acabam se tornando elementos construtores e difusores privilegiados de representações sobre a violência, o crime e as práticas relacionadas às políticas de segurança pública. A definição na mídia do que é segurança pública, crime e/ou violência, constrói-se na relação de seus articuladores com o contexto sociocultural ao qual estão inseridos, com os inúmeros outros discursos que circulam nesse meio e com as diferentes formas de recepção do público.

Assim, buscamos entender a mídia, seja televisiva, impressa, auditiva ou visual, como instrumento de construção, reconstrução e difusão de representações sobre segurança pública, crime e violência. As representações – capazes de criar significados a partir da relação entre o “signo visível” e o “referente significado” – podem ficar entregues a “ação da imaginação”, transformando-se em instrumentos de fabricações de “uma realidade que não o é” (CHARTIER, 1991, p.184).

Direcionamos nosso foco especificamente à mídia impressa, ao jornal *O Imparcial* das décadas de 1960 e 1980. Buscamos identificar as representações sobre segurança pública, produzidas pelos atores sociais responsáveis pela construção das notícias, apresentando-as aqui de maneira sumariada.

Destacamos que, ao trabalharmos com fontes impressas, lançamos mão de uma série de cuidados. No que se refere aos jornais impressos, atentamos para o que diz LUCA, (2010, p.140): “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam”. Observamos os aspectos relacionados à materialidade e aos suportes discursivos das notícias, percebendo, dentre outros: a “forma física” do periódico, como o seu formato; o conteúdo dos textos; o público que pretende atingir; os sujeitos produtores dos discursos; a relação do jornal com os diferentes poderes e com o momento histórico em que se insere.

O Imparcial, atualmente o periódico matutino mais antigo em circulação na cidade de São Luís, foi fundado em 1926, pelo jornalista João Pires Ferreira, com a proposta de se distinguir das demais publicações da época, distanciando-se dos jogos políticos (PINTO, 2007, p.82). No entanto, com a venda do matutino para os Diários Associados – o maior conglomerado de comunicação, pertencente ao influente Assis Chateaubriand – em 1944, o jornal tornou-se instrumento de fortes interesses político partidários. No decorrer da década de 1960, o jornal associado apoiou, em nível regional, num primeiro momento, o senador Vitorino Freire, líder regional do Partido Social Democrata (PSD), além de personalidades ligadas ao vitorinismo, como



o governador Newton Belo. Em meados dessa década, o deputado José Sarney – líder intelectual do grupo político Oposições Coligadas – começa a se converter numa figura de predileção do jornal. Este se tornou um dos principais veículos de sua campanha ao governo do estado, em 1965. O apoio a Sarney perdurava ainda no decênio de 1980, positivando seu desempenho político.

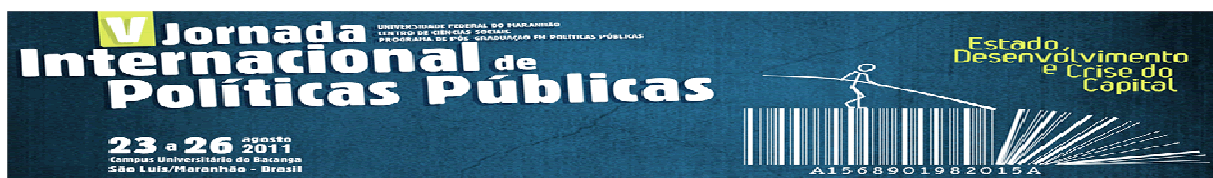
Na análise das notícias d'*O Imparcial* das décadas de 1960 e 1980, vimos que a segurança pública era tratada como um setor cujo objetivo era a preservação da “ordem pública”, com vistas à tranquilidade da população. Era relacionada principalmente aos crimes (de caráter violento ou não) afastados de conotações político-ideológicas. Isto é, vinculava-se aos crimes de assalto, furto, homicídio, latrocínio, lesão corporal dolosa e acidentes de trânsito.

Entretanto, é importante colocar que no pós-64, principalmente devido à Doutrina de Segurança Nacional, pregada pela Escola Superior de Guerra, a segurança pública passa a estar relacionada também à segurança dita nacional. Esta se constituiu num setor ligado à defesa pública direcionada a pressões e antagonismos de caráter ideológico, cujo principal alvo era o “inimigo interno”, personificado no comunista (BORGES, 2003, p. 13-42).

Percebemos que, na década de 1960, as notícias n'*O Imparcial*, grosso modo, seguiam uma hierarquia. Às reportagens nacionais e internacionais estava reservada a primeira página; às regionais, as páginas intermediárias; e a última página trazia acontecimentos locais. A ordenação dessas notícias poderia variar de acordo, por exemplo, com o grau de importância que cada edição do jornal lhes dava. Mas não havia divisão das notícias de acordo com a nomeação de temáticas específicas. Aquelas referentes à criminalidade, à violência e à segurança pública de uma maneira mais ampla eram distribuídas de modo aleatório, misturando-se com notícias sobre diferentes assuntos. Havia algumas colunas específicas ligadas a ocorrências registradas em distritos policiais, como “Ronda Policial” e “Notícias Policiais”, que dividiam a página com outros assuntos.

Na década de 1980, a classificação de notícias dá-se de acordo com os seguintes temas: “Nacional/Internacional”, “Política”, “Economia”, “Cidade”, “Polícia”, dentre outros. A ordem em que estão dispostas estas seções varia no decorrer dos anos analisados, mas essa classificação permanece constante. As notícias relacionadas à segurança pública ocupavam, então, uma página exclusiva, sendo objeto de matérias especiais em alguns momentos. Havia ainda um segundo caderno, no qual geralmente estavam as notícias referentes ao esporte, aos classificados e à coluna social. Às vezes saía um terceiro caderno, dedicado à cultura.

Observamos que as notícias sobre furtos, assaltos e lesões corporais dolosas eram frequentes nas páginas d'*O Imparcial* em ambas as décadas. Nos anos de 1960, essas notícias possuíam muitas vezes caráter direto, apenas descrevendo ocorrências de registros oficiais sem qualquer contextualização dos fatos. Quando esta acontecia se relacionava à acusação, por parte



dos articulistas, de falta de policiamento, considerada um das principais causadoras dos roubos e furtos. Os crimes de natureza homicida, como o latrocínio, conseguiram gerar discussões mais contextualizadas através de protestos contra “a perturbação da ordem pública” e também de pedidos por mais policiamento. À época não havia, nas notícias, discussões mais aprofundadas sobre os crimes, que especulassem sobre a natureza sociocultural desses atos delituosos.

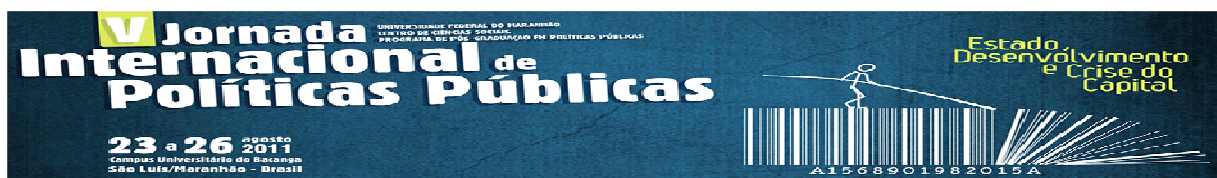
Na década de 1980, notamos que há um tratamento mais analítico das questões relativas à segurança pública. Os articulistas d’*O Imparcial* tentam explicar a problemática da violência com base nas mudanças sociais e econômicas em curso no país e no estado do Maranhão. Essa é uma temática intensamente debatida. Algumas explicações enfatizam os aspectos econômicos. Como nos anos 80 foram instalados grandes projetos econômicos, em São Luís e em outras regiões do estado, como a Alumar e a Companhia Vale do Rio Doce, as mudanças que estes ocasionaram são apontadas como motivadoras da elevação nos índices de assaltos e homicídios, dentre outros.

Entretanto, a atenção dada, no decênio de 1980, aos possíveis fatores responsáveis pelo aumento da violência não é algo específico do Maranhão. Vivia-se, então, um período de redemocratização. De maneira lenta e gradualmente, como colocam alguns estudiosos, realizava-se a abertura política, depois de anos de ditadura militar. Nessa década ocorreu um aprofundamento da crise econômica, levando o Brasil a uma das maiores recessões econômicas de sua história. Desde meados da década de 70, o chamado “milagre brasileiro” vinha declinando, tendo em vista a conjuntura mundial. Neste contexto de forte crise econômica, estudiosos do período apontam para um acirramento das desigualdades sociais, que justificariam o próprio aumento da violência e da criminalidade, como aponta Alba Zaluar (1999, p. 10):

(...) desde os anos 70, o discurso predominante entre os textos de sociólogos, políticos e antropólogos era de que os verdadeiros problemas e questões seriam evidentemente a miséria crescente, o desemprego, a falta de serviços públicos eficientes, em especial no setor de saúde e educação, e a ausência de políticas sociais, todos entendidos como violência perpetrada pelo Estado contra a população necessitada.

A violência, antes assunto de juristas e psiquiatras, ganhara o *status* de problema nacional, objeto das conversas cotidianas e destaque na mídia.

Operando com a compreensão de que há vários tipos de violência, percebe-se, nas fontes pesquisadas, a utilização da noção da chamada violência institucionalizada, isto é, a violência que advém do poder público ou mesmo da “ausência” do Estado. Neste contexto, n’*O Imparcial* dos anos 80, notamos que a violência era representada como um fenômeno em constante crescimento, o que estaria modificando a própria cidade e o comportamento da população. A frequência de assaltos estaria deixando os ludovicenses “em pânico”, sem ter a quem recorrer, visto que uma das principais responsáveis pela segurança pública – a polícia – mostrava-se ineficiente.



Outro elemento característico das duas décadas em análise é o que poderíamos chamar de “ideologia de tempos de paz”. Nas narrativas de *O Imparcial*, presenciamos a seguinte relação: se antes as pessoas consideravam que poderiam andar tranquilas nas ruas; no momento relatado, elas sentem que precisam ficar trancadas em suas próprias casas para se sentir seguras. É como se o presente representasse o caos e o futuro, caso nada fosse feito, reservasse algo pior. Este tipo de abordagem insere-se no que Teresa Caldeira, ao estudar a criminalidade de São Paulo nas últimas décadas do século XX, denominou de *fala do crime*. Segundo a autora, a violência provoca uma espécie de rompimento, que cria uma sensação de desordem e de desestruturação da realidade. A *fala do crime* buscaria tornar este mundo abalado o mais estável e ordenado possível, atuando “através da análise ininterrupta e infindável de ações violentas” (CALDEIRA *apud* COSTA, 2008, p.125). Sua constituição se fundamentaria em categorias preconceituosas, assim como em ambiguidades: “a divisão entre o antes e o depois acaba reduzindo o mundo à oposição entre o bem e o mal; o antes acaba virando muito bom; o depois, muito ruim” (CALDEIRA *apud* ADORNO; LAMIN, 2006, p.163).

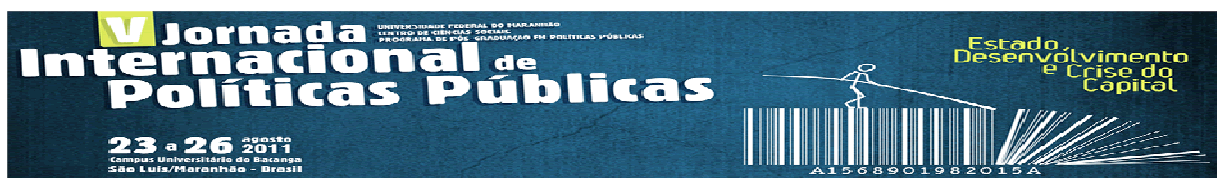
Exemplificando, temos uma notícia de 1983 – “Polícia deixa população cada vez mais aflita”. Após relatar dois casos de tentativa de homicídio, a reportagem trazia:

Esses e vários outros crimes em São Luís que vêm acontecendo quase que diariamente, pondo em pânico uma população que sempre teve o privilégio de um dia ter morado na Ilha dos Amores, nome atribuído a capital maranhense antes da implantação dos grandes projetos, são consequências de uma má atuação da polícia, que aos poucos vai perdendo a sua credibilidade junto a comunidade, (...) Houve o tempo em que recorrer às autoridades policiais era a saída, mas hoje é quase um tempo perdido (...) (IMPARCIAL, 30 mar. 1983, p.8).

Notamos, entretanto, que esse tipo de argumentação se torna frágil, pois – como coloca o historiador YURI COSTA (2008) – não há uma determinação de quando foi exatamente o tempo caracterizado como de ordem e paz. O que se diz é que ele já passou.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando comparativamente o tratamento dado à problemática da segurança pública no jornal *O Imparcial*, nas décadas de 1960 e 1980, destacamos duas diferenças, entre outras. A primeira, a forma como os produtores de notícias expunham a temática. Nos anos 60, as notícias eram apresentadas apenas como mais um fato a ser comunicado de maneira sintética, a título de simples informação. Nos anos 80, atentando para a complexidade sociocultural abarcada pela temática, buscam contextualizar as notícias, explicando-as pelas mudanças que o estado do Maranhão estava enfrentando.



A segunda diferença é a ênfase dada ao aumento no número de assaltos e roubos em São Luís, que estaria provocando modificações na cidade e em sua população. Porém, em ambas as décadas, as representações acerca da violência destacam o “antes”, harmonioso e pacato, e o “hoje”, sinônimo de pânico e desordem.

Por fim, vale ressaltar as significativas inovações técnicas ocorridas n’O *Imparcial* no período analisado. O sistema *off set* possibilitou o aumento da tiragem do periódico e mais qualidade material na produção da notícia (AZAMBUJA; FERREIRA JR, 2006, p.212). A narrativa em *lead* introduziu a presença, no primeiro parágrafo, de um resumo sobre o que a notícia trata, tornando a leitura mais fácil e objetiva (PINTO, 2007, p.88). E não podemos esquecer a contínua reestruturação do *layout* das páginas, que foram se especializando com espaços definidos para cada temática, inclusive a segurança pública, nos seus problemas mais evidentes, a violência e a criminalidade.

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; LUMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de (org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-171.

AZAMBUJA, Patrícia; FERREIRA JR., José. O moderno e a tradição contemplados na programação visual. **Revista Cambiassu**. UFMA, São Luís, v. 16, n. 2, pp. 212-221, jan./dez., 2006. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2006/ferreira.pdf. (Acesso: em 19/10/2010).

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. vol. 4: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.13-42.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, S.A, 1990.

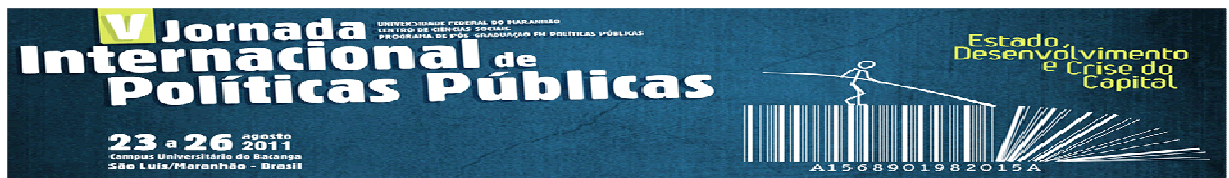
_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 5 (11), 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010 &script=sci_arttext. (Acesso em 27/07/2010).

COSTA, Yuri Michael Pereira. **A outra justiça: a violência da multidão representada nos jornais**. São Luís: EDUFMA, 2008.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização dos costumes**. Riode Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v. .

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.



O IMPARCIAL. São Luís, 1960-69. 1980-89.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Silva. **Mídia e violência na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PINTO, Pámela Araújo. Jornal O Imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense. **Revista Cambiassu**. UFMA, São Luís, v. 17, n. 3, pp. 78-93, jan./dez., 2007. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2007/pamela.pdf. (Acesso: em 19/10/2010).

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 3, p. 17-3, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v_13n3/v13n3a01.pdf. (Acesso: em 03/05/2010).